

Regulamentação da Psicopedagogia é aprovada

foto: Leonardo Sussuarana

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou, na quarta-feira (16/10), a regulamentação da profissão de Psicopedagogia. Segundo o relator do PLC 31/2010, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), só poderão exercer a profissão pessoas formadas em Psicologia, Pedagogia ou licenciatura que tenham especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas e carga horária de 80% na especialidade; e portadoras de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada. O profissional poderá atuar em escolas e empresas (Psicopedagogia institucional) e em clínicas (Psicopedagogia clínica).

Randolfe Rodrigues lembrou que, em abril deste ano, a Comissão de Educação realizou audiência pública para instruir o projeto. "Hoje são 180 mil profissionais em



Senadores recebem profissionais da Psicopedagogia

todo o país há anos exercendo a profissão. O relatório que apresentei reflete o consenso entre psicólogos e psicopedagogos. A Psicopedagogia é uma atividade reconhecida, consagrada e constante no dia a dia da sociedade. Por tudo isso, nada mais adequado e justo do que agora ter a regulamentação dessa intensa atividade como profissão."

O presidente da CE, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), informou que deseja ser o relator na Comissão de Assuntos Sociais, onde a proposta será analisada em caráter terminativo, dispensando a votação em Plenário. "A Psicopedagogia já existe há mais de duas décadas e tramita desde 1997. Vou pedir a relatoria ao presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS)."

Jornada extra para estudo e planejamento de aulas

foto: Leonardo Sussuarana



Senador Osvaldo Sobrinho

A Comissão de Educação também aprovou, na quarta-feira, projeto de autoria do senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), que pode conceder aos profissionais da educação adicional de até um terço do salário para período reservado a estudos e planejamento das aulas. Atualmente este período é permitido apenas ao magistério. A aprovação aconteceu depois de os senadores da CE atenderem a apelo emocionado de Osvaldo Sobrinho e desistirem de pedido de vista coletiva, que adiaria a votação por mais uma semana.

O projeto modifica a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação e ainda será analisado em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Assim que o PLS 560/2009 foi relatado ad hoc pelo senador Paulo Paim (PT-RS), os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Ana Rita (PT-ES) pediram vista coletiva para analisar melhor o projeto com relação ao possível impacto financeiro.

Ao defender o projeto, Osvaldo Sobrinho disse a educação é considerada por muitos senadores área prioritária, mas que na hora de votar, "grande parte pula fora, não destinando os recursos necessários para melhorar a educação no país. Educação se faz com qualidade, investimento e com propostas concretas. Educação não deve ser vista como um gasto, como uma despesa e sim como investimento. Se o Brasil não acordar, nós nunca vamos ter educação de qualidade. Não se pode brincar com a educação. Só se faz educação, investindo nela".

Osvaldo Sobrinho ressaltou que os professores brasileiros realizam muitas atividades fora das salas de aula e do horário de expediente normal, como correção de provas, preparação de aulas e orientação a estudantes. O senador informou ainda que instituiu essa regra na rede pública estadual de Mato Grosso no período em que foi secretário de Educação, entre 1991 e 1994. "Quando o governo seguinte assumiu, acabou com o projeto alegando que necessitava baixar os gastos públicos."

O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja em debate

Ainda na quarta-feira, a CE aprovou requerimento extrapauta de autoria do senador Randolfe Rodrigues, para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre "O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros". A data prevista é dia 03 de dezembro.

Criado em 2005, em Mato Grosso, o projeto cultural Fora do Eixo (FdE) reúne hoje cerca de 2.000 integrantes em todo o país. Os eventos culturais têm recursos do governo, de empresas estatais e privadas, além de doações dos participantes.

Já a Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) ganhou visibilidade com as manifestações populares iniciadas em junho. O modelo de jornalismo proposto pelo grupo é simples, sem texto, nem edição: por meio de celulares, os repórteres ninjas transmitem imagens dos acontecimentos em tempo real.

Randolfe Rodrigues quer ouvir o criador do FdE, Pablo Capilé, e o integrante da Mídia Ninja, Bruno Torturra. Após entrevista ao programa Roda Viva (TV Cultura), no dia 05 de agosto, um intenso debate tomou conta das redes sociais, desencadeando uma série de polêmicas sobre o novo comportamento.

Além de Capilé e Torturra, foram convidados para o debate a diretora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ivana Bentes, o produtor cultural, Claudio Prado, o especialista em Economia Social, Ladislau Dowbar, e o integrante da Coordenação Executiva do Fórum da Cultura Digital Brasileira, Rodrigo Savazoni.

Financiamento, valorização do professor e inclusão escolar no PNE são debatidos

foto: Leonardo Sussuarana



Fontes de financiamento fixas e estáveis, política permanente de valorização e capacitação do professor, além da inclusão de alunos com deficiência na escola regular, sem prejuízo do atendimento educacional especializado foram temas em destaque na audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Durante a reunião da Comissão de Educação, na terça-feira (15/10), o relator do Projeto de Lei da Câmara 103/2012, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que os senadores estão “debateando as estratégias de futuro, o planejamento, o estabelecimento de metas claras e possíveis. Não cabem aqui posturas de governo ou oposição, pois representamos o Brasil na elaboração de um plano que significa o futuro da educação no país”.

Para os debatedores presentes, as verbas extras geradas pelos royalties do petróleo e pela aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no último ano do PNE não serão suficientes para bancar as metas do plano. Além de reivindicar mais recursos da União para a educação básica, o representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), Luiz Dourado, defendeu a criação de um fundo nacional para financiamento do setor.

Segundo a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), Cleuza Rodrigues Repulho, o financiamento da creche e da educação infantil é o grande desafio, por demandar maior volume de recursos. Para ela, a dificuldade tem impactos na valorização e capacitação do professor: mais de 43% dos professores da educação infantil não têm formação específica na área. Cleuza credita a crescente carência de professores, inclusive de alfabetizadores, ao fato de a carreira não ser atrativa. “Tem prefeito que paga R\$ 10 mil para um médico, mas não paga R\$ 1,6 mil de piso salarial para o professor.”

Meta 4

Das 20 metas do PNE, a Meta 4, que regula a inclusão escolar de pessoas com deficiência, concentrou a polêmica em torno da matéria. No momento, a CE se debruça sobre a redação dada por substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que estabelece a universalização do acesso à educação básica para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

Apesar de ser diferente da redação proposta pelo governo, o texto aprovado pela CCJ “avançou muito”, segundo o secretário-executivo do Ministério da

Educação, José Henrique Paim. Para ele, o novo texto “assegura atendimento especializado no ensino regular, mas resguarda também o atendimento de entidades especializadas na área”.

A representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Leuzinete Pereira da Silva, elogiou outra inovação do Senado ao texto do projeto: a previsão de definir, no segundo ano de vigência do PNE, indicadores de qualidade, política de avaliação e supervisão para entidades públicas e privadas de ensino que prestam atendimento a alunos com deficiência intelectual. “Esse é um dos mais importantes desafios (inclusão escolar das pessoas com deficiência). Hoje, só 17,5% dessa população de zero a 17 anos tem direito a educação especial e é efetivamente atendida no país.”

Na opinião do presidente da CE, senador Cyro Miranda, o desafio da educação é muito sério e exige a garantia da qualidade no ensino público para todos. Ele afirmou que o governo federal insiste em números quantitativos e não se preocupa com a qualidade do que é ensinado. “Os alunos estudam e não aprendem. A educação não é questão de opção. É obrigação. Vejo muito discurso e pouca prática. A consequência é uma só: o ensino público está falido. Prova disso são os 300 mil novos analfabetos no mercado de trabalho”.

Cyro defendeu ainda o envolvimento da família na educação, a Lei de Responsabilidade Educacional e enfatizou que “não se faz educação por decreto. Educação se faz com planejamento, gestão e dinheiro”.

*Com Agência Senado/Simone Franco

WorldSkills é tema de audiência pública conjunta

Considerada a maior competição de formação profissional do mundo, por promover a excelência da força de trabalho global, a WorldSkills foi tema, na quinta-feira (17/10), de audiência pública conjunta entre a CE e as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião debateu a importância da realização do torneio internacional que acontece em São Paulo, em 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou dados do Fórum Econômico Mundial (WEF), que revelam a queda do Brasil no Índice Global de Competitividade 2013/2014. O Brasil caiu da 63ª colocação para a 56ª entre 148 países, em relação a 2012/2013, regredindo em 11 dos 12 pilares

analisados. Foram avaliados fatores como, por exemplo, o ambiente macroeconômico e a eficiência do mercado de bens. O país permanece nas piores posições nos indicadores de infraestrutura básica. A exceção foi o pilar ‘tamanho de mercado’, pela força da economia brasileira, que nos últimos anos coloca o país na 7ª posição mundial.

Mesmo com essa queda, o Brasil ganhou 12 medalhas, sendo quatro de ouro, cinco de prata e três de bronze na WorldSkills 2013, realizada em Leipzig, na Alemanha. Foi o maior número já conquistado pelo país no torneio que premia os melhores egressos do ensino técnico em todo o mundo. Em 5º lugar, o Brasil foi destaque nas categorias de design gráfico, fresagem, mecatrônica, polimecânica, CAD (design assistido por computador), caldeiraria, joalheria, soldagem, soluções de software, eletricidade industrial, mecânica de

refrigeração e vitrinismo. O evento acontece a cada dois anos e reúne estudantes de 54 países para competir em 45 áreas de qualificação, atraindo mais de 200.000 participantes.

A audiência foi presidida alternadamente pelos senadores Cyro Miranda e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e contou com a presença dos senadores Lídice da Mata (PSB-BA), Armando Monteiro (PTB-PE) e Sérgio Petecão (PSD-AC). Como convidados, participaram o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o coordenador-geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Garabed Kenchian, o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, e o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Airton José Ruschel.